

A relação entre a pós-modernidade e as ideias da teoria macroeconômica neoclássica: análise da convergência conservadora em ambas fundamentações

Autor: Lucas Crivelenti e Castro, doutorando em Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

Este artigo busca analisar a teoria macroeconômica neoclássica sob a perspectiva do conceito de pós-modernidade, cuja presente abordagem se ancora na elaboração feita por Jameson (2007) a partir do parâmetro em que o passado histórico fora apagado para se entusiasmar com o presente a-histórico da sociedade capitalista. Nesse sentido, este artigo pretende relacionar a teoria macroeconômica monetarista, em suas diversas correntes neoliberais, à apologia do presente capitalista, em que qualquer política fiscal ou monetária ativas do Estado, voltadas ao crescimento e geração de empregos, foram substituídas pelos paradigmas do controle inflacionário e da defesa da instância suprema do mercado. O resultado dessa exaltação do presente capitalista é a normatização de políticas macroeconômicas desinteressadas com os problemas sociais intrínsecos ao modo de produção capitalista, naturalizando o desemprego e a estagnação econômica em benefício do controle da inflação e da precificação dos ativos financeiros.

Abstract

This article seeks to analyze the neoclassical macroeconomic theory from the perspective of the concept of postmodernity, whose present approach is anchored in the elaboration made by Jameson (2007) from the parameter in which the historical past had been erased to become enthusiastic about the present ahistorical of capitalist society. In this sense, this article intends to relate the monetarist macroeconomic theory, in its various neoliberal currents, to the apology of the capitalist present, in which any active fiscal or monetary policy of the State, aimed at growth and job creation, were replaced by the paradigms of inflationary control and the defense of the supreme instance of the market. The result of this exaltation of the capitalist present is the normalization of macroeconomic policies uninterested in the social problems intrinsic to the capitalist mode of production, naturalizing unemployment and economic stagnation in favor of controlling inflation and pricing financial assets.

Palavras-chave: Pós-modernismo; apologia do presente capitalista; monetarismo; naturalização do desemprego em defesa do controle inflacionário.

Keywords: Postmodernism; apology of the capitalist present; monetarism; naturalization of unemployment in defense of inflationary control.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo realizar um artigo crítico acadêmico a respeito da pós-modernidade no pensamento econômico do *mainstream*. Antes de iniciarmos a análise das características que definem a pós-modernidade dentro do campo econômico ortodoxo, precisamos definir o que entendemos por modernidade e pós-modernidade, para, em seguida, relacionar esse último conceito aos aspectos inseridos nas ideias da economia convencional dominante.

Modernidade e pós-modernidade são conceitos vinculados ao tempo histórico, os quais designam, principalmente, contextos distintos do avanço do capitalismo em nível global. Enquanto a modernidade pode ser definida pela ruptura com o passado obscurantista e autocrático do Antigo Regime, a pós-modernidade, por sua vez, seria a reafirmação do domínio do capital em um contexto no qual a acumulação capitalista já tinha se tornado dominante e sido refutada tanto social quanto filosoficamente. No entanto, o pós-modernismo ascende como potência histórica no contexto da ratificação do capital durante o reajustamento neoliberal, quando os princípios revolucionários iluministas, que tinham conduzido a modernidade predecessora, foram derrotados pelas forças conservadoras das décadas 1970 em diante.

Desse modo, podemos identificar o conceito de *modernidade* a partir da filosofia da história, em que o iluminismo e sua análise científica voltavam-se para o futuro da humanidade, cujo objetivo era a ruptura com o passado e o vislumbre de um progresso da sociedade. De acordo com Koselleck (2011: 288), esse processo caracterizar-se-ia como o surgimento de um “novo tempo da história”, no qual haveria a oposição entre “experiência adquirida e a expectativa do que está por vir”.

Por último abre-se o espaço entre a experiência anterior e a expectativa do que há de vir, cresce a diferença entre passado e futuro, de modo que a época que se vive é experimentada como um tempo de ruptura e de transição, em que continuamente aparecem coisas novas e inesperadas (KOSELLECK, 2011: 294).

Desde o final do século XVIII, desde que lhe foi dado um nome ou atribuído um sentido, os conceitos da filosofia da história e da ciência iluministas – inicialmente, conceitos teóricos – integram-se ao arsenal legitimador de todos os grupos políticos e sociais: a ‘história em si’; que deveria ser criada ou pela qual deveríamos nos sentir responsáveis; o ‘desenvolvimento’ que se deve seguir’; o ‘progresso’ que deve ser impulsionado ou freado (KOSELLECK, 2011: 294).

No campo da teoria econômica, a ascensão da modernidade representou o rompimento com a tradição mercantilista anterior, em que os princípios do livre mercado, por meio dos conceitos da “mão invisível” (SMITH, 1983) e do “valor trabalho”, ganharam espaço nas sociedades dos países centrais da época, sobretudo na Inglaterra, pioneira na revolução industrial e potência econômica até a Primeira Guerra Mundial.

Na famosa frase de Hecksher: ‘O Estado era tanto o sujeito quanto o objeto da política econômica mercantilista’. Na França, suas criações características foram as manufaturas régias e as corporações de ofício regulamentadas pelo Estado; na Inglaterra, as companhias privilegiadas. Não é preciso comentar a linhagem corporativa e medieval das primeiras; a eloquente fusão das ordens política e econômica nas últimas escandalizava Adam Smith. [...] As clássicas doutrinas burguesas do *laissez-faire*, com sua rigorosa separação formal entre os sistemas econômico e político, viriam a ser seu antípoda. O mercantilismo era, justamente, uma teoria da intervenção coerente do Estado político no funcionamento da economia, no interesse conjunto da prosperidade de uma e do poder do outro. Logicamente, ao passo que o *laissez-faire* era de um consistente ‘pacifismo’, insistindo nos benefícios da paz entre as nações para o incremento das trocas internacionais lucrativas para todas elas, a teoria mercantilista (Montchrétien, Bodin) era de um forte ‘belicismo’ enfatizando a necessidade e lucratividade da guerra (ANDERSON, 2013: 38-39).

Por um lado, a radicalidade moderna iluminista em relação aos aspectos sócio-políticos, econômicos, ideológicos e culturais do passado do absolutismo do Antigo Regime resultou nas revoluções dos séculos XVIII e XIX, cujo principal exemplo é dado pela Revolução Francesa. Por outro lado, esse processo possibilitou a formação de novos paradigmas sociais, em que a igualdade jurídica surgia como o eixo aglutinador, tendo os ideais liberais em sua origem¹. O desdobramento posterior foi justamente o surgimento

¹ A fundamentação teórica marxista tem por intuito revelar os limites dessa igualdade jurídica atingida com o fim do Antigo Regime, pois, com a exploração capitalista da força de trabalho, a emancipação real dos seres humanos, gozando de uma verdadeira liberdade, não foi atingida completamente, uma vez que a igualdade social nunca foi alcançada. Para se obter a verdadeira liberdade e igualdade exaltada pelos princípios iluministas, seria preciso que se conseguisse atingir o patamar da igualdade social com o fim da “exploração do homem pelo homem”, como demonstram Marx e Engels (2007).

das diferentes correntes políticas modernas, como o liberalismo, socialismo, comunismo e anarquismo, em que a crítica marxiana (MARX, 2013; 2014; 2017) à economia política clássica representou o auge dessa modernidade. A crítica de Marx (2013; 2014; 2017) ao capital propõe uma teoria social fundamentada em uma verdadeira revolução das bases sócio-materiais, pautadas na socialização dos meios produção para todos os indivíduos, com o rompimento da categoria de “trabalho não pago”, o qual fundamenta a acumulação de capital por meio da exploração do trabalho humano vivo.

Já a *pós-modernidade* pode ser definida como a *descontinuidade do método moderno*. Ou seja, como argumenta Jameson (2007), com o surgimento do modelo pós-moderno nos anos 1970, a própria cultura se transformou em um produto, “em que a produção estética está integrada à produção de mercadorias em geral” (JAMESON, 2007: 30). Portanto, a ordem capitalista, e a cultura e ciência por ela produzidas, alcançava o seu ápice, cujas diferentes formas estéticas e científicas não tinham mais qualquer fundamento de ruptura com o passado, mas visavam ratificar o presente autocrático da sociedade capitalista desigual, transformando tudo e todos em mercadorias.

Segundo Jameson (2007: 313), “no pós-moderno, então, o próprio passado desapareceu (juntamente com o famoso ‘sentido do passado’ ou historicidade e memória coletiva)”. Assim, na pós-modernidade, deixa-se de lado o intuito de rompimento com o passado, na busca do progresso sócio-material, para se fazer a apologia ideológica do presente a-histórico², que, somado à vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria, levou Fukuyama (1992), astutamente, a reinterpretar a filosofia da história de Hegel, decretando o “fim da história” na sociedade de mercado contemporânea.

O resultado dessa contrarrevolução pós-moderna foi, de um lado, o fim das metanarrativas totalizantes, com a exacerbação de teorias relativistas e de diferentes

² Para Arantes (2014), nossa atualidade seria regada por um “presentismo”, cuja possibilidade de análises de ruptura com o passado não são uma hipótese, muito menos seria qualquer perspectiva de expectativa com um futuro progressista. No entanto, esse processo é ainda mais assustador, em que o futuro já está inserido no presente, o qual é a materialização de um tempo de emergência perpetuado na sociedade atual. Como afirma Arantes (2014: 96), no novo tempo do mundo, “ingressamos num regime de urgência: linearmente desenhado, o futuro se aproxima do presente explosivamente carregado de negações. Não basta anunciar que o futuro não é mais o mesmo, que ele perdeu seu caráter de evidência progressista. Foi-se no horizonte do não experimentado. Com isso o próprio campo de ação vai se encolhendo, e isso porque ‘já dispomos no presente de uma parte do futuro’. Digamos, não custa insistir, que cada vez mais *a conjuntura tende a se perenizar*. A inovação clássica do futuro, em nome do qual se legitimou a iniciativa política nos tempos modernos, não só perdeu sua força como deve ser rebatida sobre o presente. É isso, resumido de relance” (ARANTES, 2014: 96). Grifos do autor.

matizes linguísticas. “Nessas condições, a ciência virou apenas um jogo de linguagem dentre outros: já não podia reivindicar o privilégio imperial sobre outras formas de conhecimento, que pretendia nos tempos modernos” (ANDERSON, 1999: 32). De outro, como afirma Jameson (2007: 309), apoiado na teoria econômica de Ernest Mandel, a pós-modernidade caracterizar-se-ia pela defesa, quando não a apologia, “do mercado como tal” no contexto do capitalismo tardio.

Nosso objetivo nesse trabalho é identificar os aspectos que corroboram para essa afirmação de Jameson (2007) a respeito da pós-modernidade dentro do discurso econômico dominante (sobretudo entre os monetaristas, novo-clássicos e novo-keynesianos), cuja materialidade é a exaltação do modelo focado no livre mercado e na ordem que visa a acumulação progressiva de capital, independentemente de sua tendência inexorável de formação de bolhas especulativas e de crises de sobreacumulação.

Pós-modernidade no pensamento econômico

Apesar de a revolução marginalista e o princípio utilitarista do fim do século XIX conterem aspectos essenciais para as doutrinas neoliberais posteriores, com clara evidência metodológica a respeito do pressuposto do equilíbrio geral de Walras (1983), da separação entre “economia real” e “economia monetária” para elaboração da “teoria da taxa natural de juros” (WICKSELL, 1958) e da racionalidade do *homo economicus*, a transição da modernidade à pós-modernidade no pensamento econômico não ocorreu de forma linear, cujo processo contou com aflusos e refluxos em sua direção. A crise de 1929 e a resposta teórica e prática keynesiana a ela e aos princípios do equilíbrio geral e à ideia intrínseca da autorregulação feita por meio do mercado, que sustentavam o fundamento da teoria econômica desde o fim do século XIX, transformaram a atuação política dentro do campo da economia.

Nesse contexto, durante os 30 anos gloriosos do capitalismo, com o surgimento da macroeconomia keynesiana, vislumbrou-se a condução de políticas econômicas voltadas ao crescimento, com a busca da geração de renda e emprego a partir da atuação fiscal e monetária dos Estados, cujo eixo de sintetização poderia ser descrito pela sustentação da demanda efetiva (KEYNES, 1983). Contudo, embora Keynes (1983) estivesse preocupado com a sustentação da renda e a criação de empregos desde que ele

fundamentou sua *Teoria Geral*, o autor inglês não pode ser descrito como moderno³, desde os termos aqui propostos, uma vez que seu intuito não era romper com o passado na busca de um futuro inovador em termos históricos. Pelo contrário, como ele mesmo afirmou no capítulo 24 da *Teoria Geral*, as medidas fiscais e monetárias propostas por ele, além do princípio da demanda efetiva, tinham como pressuposto a salvação da ordem capitalista em um viés liberal diante da ameaça nazi-fascista, de um lado, e do stalinismo, de outro. O modelo keynesiano, portanto, redundava na *prorrogação a-histórica do modo de produção capitalista sob os princípios do liberalismo*, mesmo que alguns pressupostos da liberdade do mercado estivessem controlados em sua formulação.

Por isso, enquanto a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo a investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, *eu a defendo, ao contrário, como o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício de iniciativa individual*⁴ (KEYNES, 1983: 257).

No entanto, ao considerar a teoria keynesiana em relação ao que seria estabelecido, posteriormente, como corrente econômica dominante, aquela mantinha padrões progressistas dentro do sistema teórico capitalista. A busca da criação de emprego e renda por meio de políticas monetária e fiscal ativas poder-se-iam ser ressaltadas como o aspecto que realça um pequeno viés progressista em Keynes (1983), uma vez que, como apontado acima, o economista inglês preocupava-se apenas com os meios de se fomentar a demanda efetiva para salvar os princípios capitalistas, inclusive a acumulação de capital mediante a exploração de trabalho vivo, diante das ameaças do nazismo, stalinismo e da crise de sobreacumulação capitalista de 1929.

Todavia, este artigo pretende identificar os aspectos da pós-modernidade no pensamento macroeconômico neoclássico convencional. Desse modo, mesmo a síntese hicksiana da teoria keynesiana, baseada no modelo da IS-LM, já contém traços divergentes com os da fundamentação feita por Keynes em sua *Teoria Geral*, principalmente quando são considerados os paradigmas de sustentação do emprego e da

³ Corazza (2009) considera Keynes tanto moderno quanto pós-moderno, mas sua análise difere da nossa, já que o aspecto moderno se daria a respeito de sua formação neoclássica marshalliana, enquanto sua pós-modernidade seria um atributo relacionado ao seu conceito de incerteza sobre o futuro e de instabilidade econômica.

⁴ Grifos nossos.

renda pela demanda efetiva e pela atuação direta do governo nas áreas fiscais e monetárias.

Hicks (2010), um ano após a publicação da *Teoria Geral*, propôs unificar a teoria macroeconômica keynesiana que se fundamentava com as ideias neoclássicas a respeito da teoria quantitativa da moeda e do equilíbrio geral – as quais foram refutadas por Keynes (1983) – em um modelo com duas curvas, a IS (investments and savings) e a LM (liquidity and money supply)⁵, cuja intersecção mostraria a taxa de juros que igualaria a poupança aos investimentos, que ele nomeou de “taxa de juros para investimentos” (HICKS, 2010).

Dessa maneira, ao mesclar aspectos da teoria neoclássica com a crítica keynesiana, Hicks (2010), de alguma maneira, abandonou o fundamento dos conceitos de “preferência pela liquidez” e de “demanda especulativa” por moeda, o que é central na análise de Keynes (1983) a respeito da “eutanasia do rentista”. Portanto, como afirmam Andrade e Magalhães (2004), essa interpretação hicksiana de Keynes obscurece outras partes essenciais da *Teoria Geral*. Nesse sentido, a demonstração de que a economia pode entrar em equilíbrio abaixo do pleno emprego, com uma massa de desempregados involuntários, é, em alguma medida, negligenciado com a proposta hicksiana de se estabelecer a “taxa de juros para investimento”, aproximando-o mais da “taxa natural de juros” de Wicksell (1958), que ele cita no fim de seu artigo ao verificar as possibilidades do modelo da IS-LM.

Nessa perspectiva, a leitura de Hicks (2010) de Keynes (1983) possui um caráter particular de relacioná-lo aos neoclássicos, cujos modelos e pressupostos são duramente criticados por Keynes em sua proposta em defesa da atuação direta estatal na formação e sustentação da demanda efetiva. Assim, a crítica keynesiana à hipótese dos mercados autorregulados e em equilíbrio é relativizada na leitura hicksiana do economista de Cambridge, uma vez que os aspectos da incerteza e da crise seriam formas particulares da economia, enquanto o modelo da IS-LM despreveria tanto as formas neoclássicas quanto as propostas anticíclicas de Keynes como meios de sustentação da demanda efetiva.

⁵ Andrade e Magalhães (2004) nos lembram que essas duas curvas não poderiam ter sido colocadas juntas em um mesmo modelo, já que uma se refere a uma relação de custo, enquanto a outra, de estoque. De acordo com esses autores, o próprio Hicks teria reconhecido esse problema em um artigo do fim da década de 1970.

Desse modo, o parâmetro essencial da crítica keynesiana aos neoclássicos – ou seja, o aspecto de se promover uma política que visasse a geração de renda e emprego – foi amenizada pela ideia de conciliar princípios neoclássicos com os keynesianos, cujo paradigma encontrar-se-ia na “taxa de juros para investimento” (HICKS, 2010). Além do mais, o próprio Keynes argumentava da dificuldade, ou impossibilidade, de se calcular qual seria o patamar de uma taxa de juros neutra (neste caso, a intersecção das curvas IS-LM). Enquanto isso, o nível de incerteza econômico, tampouco, poderia ser auferido, cuja decorrência teórica keynesiana desdobrava na execução de políticas fiscais e monetárias ativas a fim de ser um apoio instrumental à geração de renda e emprego.

O modelo hicksiano da IS-LM durou cerca de 30 anos, justamente durante o período conhecido como os “30 anos gloriosos” do capitalismo, quando houve crescimento econômico, geração de emprego e conquistas de Estado de Bem-Estar social nos países centrais do modo de produção capitalista. Contudo, no início dos anos 1970, com a crise da acumulação fordista e o acúmulo de déficits crescentes no Balanço de Pagamentos dos Estados Unidos, que colocou em xeque o padrão dólar-ouro, criado em *Bretton Woods*, possibilitou-se que políticas de viés neoliberal ganhassem força dentro do discurso econômico dominante. Nessa perspectiva, as teorias monetaristas, que estavam descredibilizadas desde a crise de 1929, voltam ao debate de modo hegemônico, o que culminou no processo de *efetivação das ideias pós-modernas e neoliberais nos estudos de economia* a partir de então.

Entretanto, mesmo no período no qual a teoria convencional monetarista esteve no ostracismo, durante os “30 anos gloriosos” do capitalismo, seus autores não deixaram de produzir reflexões, as quais soavam mais como um apelo ideológico. Nesse sentido, desde o fim dos anos 1930, na ocasião do Colóquio Walter Lippmann, e, posteriormente, na formação da sociedade do *Mont Pèlerin*, em 1947, os autores da Escola Austríaca, juntamente com Friedman, passaram a elaborar táticas de inserção no debate acadêmico para que os pressupostos neoclássicos fossem resgatados.

Portanto, em clara oposição ao keynesianismo e ao socialismo real soviético, Hayek (2007), Friedman (1982) e Mises (1987) passaram a elaborar conceitos que exaltavam a livre concorrência em todos os segmentos sociais e econômicos. Dessa forma, privilegiaram-se a categoria de propriedade privada como o único meio de se impulsionar o crescimento econômico; a meritocracia e a igualdade jurídica como o método exclusivo de se romper com os privilégios; e o estabelecimento de regras jurídicas

claras que pudessem otimizar e dar garantias legais aos agentes econômicos em busca de negócios nas trocas capitalistas. Assim, a partir do discurso ideológico neoliberal, passou-se a exaltar a sociedade burguesa, inclusive com todas as suas contradições sociais, as quais, para Mises (1987), de maneira cínica, seriam o motor para o avanço técnico-científico, uma vez que o mercado de luxo seria a fonte do desenvolvimento na sociedade capitalista.

Esse aspecto do pensamento neoliberal é claramente convergente com o conceito de pós-modernidade aqui utilizado, uma vez que se faz a *apologia da sociedade capitalista em um plano a-histórico*, com a propagação contemporânea da ordem do capital, com a exaltação, inclusive, dos paradoxos sociais do capitalismo, isto é, geração de riqueza com a reprodução da miséria⁶. O paradigma de constituição das ideias neoliberais representaria um choque para até um pensador liberal iluminista do século XVIII, como fora Adam Smith, já que este defendia o ideal de simpatia entre os indivíduos (SMITH, 1999), em vez do cinismo arrogante em torno do desenvolvimento material das forças produtivas com a reprodução das desigualdades sociais.

Embora Hayek e Mises tenham escrito sobre questões econômicas, seus eixos de atuação centram mais em um campo jurídico-político e ideológico. Já Friedman teve uma produção acadêmica voltada aos métodos econométricos que, supostamente, confeririam status científicos para aspectos enraizados em uma fundamentação ideológica camuflada.

Nesse sentido, *a contrarrevolução monetarista*⁷ se insere no âmago da *pós-modernidade*, pois, com a abstração da realidade social feita pelas equações econométricas, os autores das diferentes correntes dessa tendência teórica argumentam

⁶ Marx (2013) já havia demonstrado que a reprodução ampliada do capital se baseia na “lei geral da acumulação”, em que as relações sociais capitalistas engendram a contradição imanente do capitalismo, com a geração de riqueza e pobreza, uma vez que os capitalistas se apropriariam do “trabalho não pago” da classe trabalhadora. A crítica marxiana representa, para nós, o ápice da *modernidade*, cuja interpretação teórica demonstra tanto o paradoxo intrínseco do modo de produção capitalista – reprodução ampliada de riqueza e miséria – quanto a busca por um futuro novo, o qual se materializaria com a construção, a partir da luta das classes despossuídas, de uma sociedade realmente livre e igualitária.

⁷ Os novo-clássicos Lucas e Sargent (1981) afirmam claramente que seus estudos estavam inseridos em um plano metodológico contrarrevolucionário em relação ao modelo proposto por Keynes nos anos 1930, quando o economista inglês revolucionou o estudo econômico. “*There is no denying that this approach is counterrevolutionary, for it presupposes that Keynes and his followers were wrong to give up on the possibility that equilibrium theory could account for the business cycle*” (LUCAS; SARGENT, 1981: 306). Grifos nossos.

que seus modelos seriam baseados na ciência⁸ – em um claro viés neopositivista. Porém, negligencia-se que as macrofundamentações dos sistemas econométricos não contêm a totalidade da realidade sócio-material. Com esse ocultamento, esconde-se que os modelos matemáticos de matiz monetarista são abstrações – idealizadas e tendenciosas – da sociedade capitalista, cujo intuito nos parece apenas normatizar as políticas públicas sob uma perspectiva reacionária no campo socioeconômico.

Embora existam diferentes correntes monetaristas, o eixo comum que as une são os questionamentos em relação à eficácia da atuação dos Estados em políticas fiscais e monetárias ativas, além de todas defenderem o pressuposto do equilíbrio geral no longo prazo, obtido pelo axioma de que os mercados seriam autorregulados. Para analisarmos as diferentes especificidades de cada corrente monetarista, iremos dividi-los em um panorama histórico da teoria macroeconômica ortodoxa da segunda metade do século XX em diante.

O precursor dessa reviravolta em direção ao monetarismo foi Friedman, que, desde os anos 1930, vinha questionando os métodos utilizados pelos economistas keynesianos. Alinhado ao ideal conservador da sociedade do *Mont Pèlerin*, que ele ajudou a fundar, Friedman utilizou-se da econometria para questionar a eficácia das propostas contracíclicas keynesianas a fim de normatizar medidas conservadoras sobre as políticas públicas.

Nessa perspectiva, já em 1962 ele defendia a ruptura estadunidense com o sistema de *Bretton Woods*, em que a hegemonia dos Estados Unidos poderia perder influência em decorrência da paridade do dólar ao ouro⁹ (FRIEDMAN, 1982). O economista de Chicago (FRIEDMAN, 1968) também advogava pela ideia da “taxa natural de desemprego”¹⁰, a qual, inspirada na “taxa natural de juros” de Wicksell (1958), tinha por fundamento restringir a atuação dos governos de maneira a deixar o desemprego em um nível que não acelerasse a inflação. A defesa contra os direitos trabalhistas e a força dos sindicatos são uma constante no discurso neoliberal, principalmente nos oriundos da sociedade do *Mont*

⁸ “In making the argument, Friedman the polemicist appeals to natural Science and the does a sleight of hand that transfer the argument to economics. However, the argument does not transfer because economics is a social and behavioral science which marks is as fundamentally diferente” (PALLEY, 2014: 6).

⁹ Os Estados Unidos abandonaram o padrão dólar-ouro em 1971, durante o governo de Richard Nixon, quando Friedman era conselheiro do presidente republicano.

¹⁰ A literatura econômica, inclusive, criou a sigla Nairu para demonstrar que haveria uma taxa natural de desemprego que não acelerava a inflação.

Pèlerin, cujo argumento falacioso afirma que esses direitos conseguidos por meio de longas lutas sociais elevariam a taxa de desemprego da sociedade.

No campo de seus trabalhos econométricos, Friedman (1970) tratou de resgatar os pressupostos da teoria quantitativa da moeda e do equilíbrio econômico no longo prazo. Dessa forma, a teoria econômica pós-moderna escamoteia a questão social de suas análises para focar em abstrações matemáticas a respeito de um suposto equilíbrio no longo prazo, as quais não refletem a realidade material da totalidade social e nem os dados¹¹, além de exercer o pressuposto de que os indivíduos seriam racionais, o *homo economicus* do século XIX.

Nessa perspectiva, além da teoria keynesiana ser tida como “falaciosa” (FRIEDMAN, 1970: 222), em que o conceito de incerteza é duramente criticado e o da “armadilha da liquidez” é reescrito de maneira a considerar a identidade entre poupança e investimento, o economista de Chicago passa a afirmar que os agentes conseguiriam adaptar as expectativas futuras, com bases no histórico da atuação monetária do governo, de forma a readequar suas posições.

Portanto, com a análise de Friedman (1970), os estudos macroeconômicos são transferidos das questões de como se criar empregos e gerar renda para que o foco se restrinja à hipótese de como as expectativas adaptativas ocorrem nas decisões dos indivíduos, os quais teriam conhecimentos claros, mesmo que meramente práticos (como o da mudança nos preços relativos), para identificar mudanças nos níveis de preço e, assim, redirecionar suas decisões a respeito dos gastos, aproximando-o, *grosso modo*, mais da teoria microeconômica do consumidor¹². Além do mais, o sistema de preços capitalista atinge o nível de ser paradigma absoluto da teoria econômica, em que seus ajustamentos ocorreriam necessariamente com modificações na renda e/ou emprego.

¹¹ De acordo com Romer (2016: 6), “the identification problem means that to get results, an econometrician has to feed in something other than data on the variables in the simultaneous system”.

¹² “As regards empirical contribution, Friedman reconciled the difference between short-run (cross-section) regression estimates of consumption and long-run aggregate time-series regression estimates by appeal to a statistical errors-in-variables argument. The argument is that cross-section estimates use actual household income rather than permanent household income. As more households are in the middle of the income distribution, the observed distribution of actual household income (which equals permanent income plus transitory shocks) tends to be more spread out than permanent income. Consequently, regression estimates using actual income tend to find a flatter slope: hence, the finding that cross-section consumption function estimates are flatter than time-series aggregate per capita consumption function estimates” (PALLEY, 2014: 10-1).

A fundamentação por trás dessa constatação é clara, já que pretende eliminar qualquer intervenção estatal na economia, cujas interferências teriam pouca eficácia sobre o produto. Friedman (1982) reconhece que a economia não está em equilíbrio no curto prazo, aceitando, inclusive, o aumento de 3% a 5% ao ano na quantidade de moeda, mas isso não deveria ser uma tática governamental para o crescimento econômico, pois, neste mesmo livro, ele defende o regime de regras (leis) para que governantes não realizem populismo fiscal e/ou monetário.

Os economistas novo-clássicos Lucas e Sargent (1981) aprofundaram o viés monetarista e econométrico em seus estudos. Em clara oposição ao conceito keynesiano de incerteza, os dois passaram a defender modelos macroeconômicos como meio de ajudar na previsão sobre o futuro econômico¹³. Eles também “inovaram” e propuseram suposição probabilística microeconômica para as análises macroeconômicas.

Nessa perspectiva, atrelados ao axioma do equilíbrio econômico, os dois economistas propuseram o modelo de equilíbrio estocástico, em que a economia se manteria em equilíbrio devido a diferenças de perspectivas (“informações imperfeitas dos agentes”) sobre as “expectativas racionais” entre os diversos indivíduos, cujas assimetrias nas probabilidades e os diversos movimentos aleatórios fixariam o equilíbrio, inclusive o de curto prazo (LUCAS; SARGENT, 1981). O modelo dos autores tem o perfil de retirar qualquer possibilidade de intervenção governamental na economia, uma vez que a moeda seria exclusivamente neutra, e qualquer modificação na política monetária ou fiscal em sentido contracíclico geraria apenas inflação, em que os preços relativos se adequariam às mudanças nas políticas econômicas.

Esse tipo de interpretação insere a teoria macroeconômica profundamente na pós-modernidade, já que se retira qualquer hipótese, por mais tímida que ela possa ser, de atuação estatal na busca da expansão do emprego e da renda através de políticas monetárias e fiscais. *A inserção pós-moderna fica em evidência com a defesa irrestrita do presente – de maneira a-histórica – do mercado capitalista*, já que este refletiria decisões dos indivíduos e das empresas, retirando qualquer questão social da análise.

One essential feature of equilibrium models is that all markets clear, or that all observed prices and quantities are viewed as outcomes of

¹³ “It is necessary to know something of the way macroeconomic models are constructed and the features they must have in order to ‘work’ as aids in forecasting and policy evaluation” (LUCAS; SARGENT, 1981:296).

decisions taken by individual firms and households. In practice, this has meant a conventional, competitive supply-equals-demand assumption, though Other kinds of equilibria can easily be imagined (if not so easily analyzed)¹⁴ (LUCAS; SARGENT, 1981: 310-1).

Outros autores novo-clássicos (BARRO; GORDON, 1983; BARRO, 1986) recuperaram a hipótese das regras fiscais e monetárias de Friedman (1982) para propor normas jurídicas de contingenciamento para o controle inflacionário, com clara delimitação da quantidade de moeda em circulação e o devido controle de preços. Sem querer ser redundante, mas a questão do emprego e da renda são negligenciados na análise macroeconômica para se conceder toda a determinação da execução da política econômica no controle inflacionário.

O fetiche em torno do controle dos preços se articula com os princípios do mercado financeiro, uma vez que, além deste ganhar elevadas somas de dinheiro no mercado aberto de títulos públicos com a política monetária restritiva, a desestabilização dos preços dificultaria a precificação dos ativos financeiros e dos passivos de dívidas (CARNEIRO, 2010). Em detrimento da geração de emprego, como lembrou Foucault (2004: 183), “o que se deve salvar, e salvar antes de tudo o mais, é a estabilidade dos preços”. Portanto, como se verifica, a pós-modernidade atinge seu ápice no discurso econômico, pois a preocupação com o controle inflacionário é feita para dar garantias ao mercado financeiro, evidenciando o cinismo dos autores de matiz neoliberal, com a clara defesa da exceção econômica¹⁵ contemporânea. Isto é, a teoria econômica abandonou a perspectiva de desenvolvimento e geração de emprego e renda para defender políticas monetárias e fiscais restritivas, cuja finalidade é simplesmente manter o nível de preços sob controle para favorecer as trocas de ativos financeiros.

Palley (2014) sintetiza a diferença entre o monetarismo de Friedman e o dos novo-clássicos entre “marco I” e “marco II”, em que o primeiro manteria alguns parâmetros metodológicos keynesianos, enquanto o segundo volta-se fundamentalmente aos

¹⁴ Além de a teoria econômica novo-clássica de Lucas e Sargent (1981) ser um retrocesso no aspecto socioeconômico, com a defesa irrestrita do mercado em oposição à intervenção estatal, os autores retornam à hipótese problemática da Lei de Say, cuja análise do surgimento de crises e sua propagação por diferentes economias mundiais fica restringida por essa metodologia.

¹⁵ Aqui seguimos a interpretação de Arantes (2014) sob o “novo tempo do mundo”, o qual, segundo o filósofo, o futuro seria propagação permanente no presente de um “estado de emergência”. No caso da teoria econômica, seria a emergência neoliberal persistente. Paulani (2008), em uma nota de rodapé, comenta justamente esse aspecto de exceção neoliberal para as políticas monetárias e fiscais restritivas, o tripé macroeconômico, executados ao longo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

pressupostos neoclássicos do fim do século XIX, com o acréscimo do conceito de “expectativas racionais”, as quais dialogam diretamente com a categoria de *homo economicus*.

Mark II monetarismo has important similarities and differences from mark I monetarism. The single biggest difference is that mark I monetarism was developed under the shadow of keynesianism and therefore attributed power to monetary policy to impact real output. Mark II monetarism represents a total break with keynesianism and a reversion to pre-keynesian classical macroeconomics, with the addition of concern of expectations (PALLEY, 2014: 23-4).

Já os autores neokeynesianos (BERNANKE; MISHKIN, 1997; MISHKIN, 2007) pouco diferem desse tipo de análise monetarista. Estes, contudo, apenas reconhecem formas menos rígidas para a condução das políticas monetária e fiscal, as quais poderiam ser feitas a partir da combinação de um arcabouço de leis com medidas discricionárias – manipulação da taxa básica de juros a partir de uma autoridade monetária independente (BERNANKE; MISHKIN, 1997; MISHKIN, 2007). O regime de metas de inflação assume a forma principal de manipular a política monetária, além de haver o pressuposto da competição imperfeita e das rigidezes dos preços e dos salários nominais (PALLEY, 2014: 3). Portanto, o controle inflacionário está no cerne da análise dos neokeynesianos, em que o objetivo continua sendo garantir meios de precificação para transações de ativos financeiros, o que os mantém vinculados ao princípio pós-moderno e de exceção da contemporaneidade na execução e teorização da macroeconomia convencional. Como diz Palley (2014: 3), “this means new keynesianism has little to do with Keynes and much to do with Friedman who is the intellectual father of new classical macroeconomics”.

O Novo Consenso Macroeconômico, por sua vez, está diretamente relacionado com a vertente neokeynesiana, mesmo com toda a expansão fiscal e monetária surgidas após a crise de 2008. O centro da análise e do princípio de ação dessa corrente se dá por meio da manipulação da taxa de juros nominal feita pelos Bancos Centrais em detrimento das rigidezes nominais temporárias, como salários, preços e informações assimétricas (ARESTIS, 2009). A hipótese da eficiência dos mercados, com seus ajustes de autorregulação, está intrinsecamente vinculada ao Novo Consenso Macroeconômico, em que a política monetária deveria ser apertada ou afrouxada, como constata Arestis (2009), apenas conforme os preços dos ativos e dos passivos são transmitidos uns aos outros pelo ciclo dos negócios.

Dessa maneira, tanto no modelo vislumbrado pelos neokeynesianos quanto no Novo Consenso Macroeconômico o que se tem por fundamento é o controle inflacionário para se garantir a eficiência das operações realizadas no mercado. Assim, à autoridade monetária é recomendada apenas a atuação na política monetária de maneira passiva, já que o objetivo é, de um lado, o controle da inflação pelo regime de metas e, de outro, evitar a disseminação do contágio das variações nos ciclos econômicos. A busca pelo desenvolvimento e pela criação de empregos e renda está, mais uma vez, negligenciada pelas correntes da teoria econômica atual, cujo axioma da autorregulação dos mercados é, para ser eufemista, pouco problematizado – como no caso dos neokeynesianos que assumem a possibilidade da concorrência imperfeita.

Esse tipo de característica reflete a contemporaneidade pós-moderna, em que a defesa irrestrita do mercado e do capital é naturalizada de maneira a-histórica e exacerbada, ideologicamente, como o ápice da suposta conquista da liberdade humana. O resultado não poderia ser outro se não o da submissão da humanidade aos ditames autocráticos do mercado financeiro, inclusive sobre sua influência em relação às considerações e execuções das políticas monetária e fiscal. Como afirma Arantes (2014), esse “novo tempo do mundo” é reprodução permanente da “emergência” nas diferentes sociedades, cujo futuro já chegou ao presente de forma assombrosa.

Conclusão

Desde os pressupostos até as hipóteses desses diferentes princípios monetaristas, ofusca-se qualquer tentativa de se olhar para o problema da desigualdade social intrínseca ao processo de produção capitalista. Portanto, a ciência econômica que surgiu como um atributo iluminista para a mudança socioeconômica transformou-se, sobretudo a partir das leituras monetaristas, em abstrações ideológicas da sociedade capitalista, com exíguos vínculos com a totalidade social do capitalismo contemporâneo. O desenvolvimento econômico e a melhoria nos níveis de renda e emprego são desconsiderados através de identidades matemáticas tidas, hipoteticamente, como científicas, mas elas tampouco refletem a totalidade da realidade socioeconômica, atrelando-se mais a hipóteses ideológicas sobre um presente a-histórico e de apologia aos princípios do mercado autorregulado.

Portanto, a definição que mais aproxima a teoria macroeconômica neoclássica convencional atual é seu eixo imbrincado ao conceito de pós-modernidade feito por

Jameson (2007), para quem a época da pós-modernidade reflete, além da perda da historicidade e do relativismo inerente a essa vertente de estudos, o endeusamento do mercado como instância suprema da sociedade, com a transformação em produto mercadológico da cultura e, analogamente, da ciência. Por que a teoria socioeconômica que sustenta o neoliberalismo – os diferentes tipos de correntes monetaristas – ficaria afastada desse princípio pós-moderno?

Bibliografia

ANDERSON, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ANDRADE, A. A. S. D.; MAGALHÃES, M. A. D. “IS-LM: uma história”, in *Revista de Economia Política*, vol. 24, nº: 4, outubro-dezembro/2004.

ARANTES, P. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ARESTIS, P. “New Consensus Macroeconomics: A Critical Appraisal”, in *The Levy Economics Institute Of Board College*, May 2009.

BARRO, R. “Recent Developments in the Theory of Rules Versus Discretion”, in *The Economic Journal*, Vol. 96, Supplement: Conference Papers, 1986, pp.23-37.

BARRO, R.; GORDON, D. “Rules, Discretion and Reputation in a Model of Monetary Policy”, in *National Bureau of Economic Research*. Cambridge, Working Paper nº1079, February 1983.

BERNANKE, B.; MISHKIN, F. “Inflation Targeting: A New Framework for Monetary Policy?”, in *National Bureau of Economic Research*. Cambridge, Working Paper 5893, January 1997.

CARNEIRO, R. “Dinâmica e crise do capitalismo com dominância financeira”, in CARNEIRO, R.; MARCOLINO, L.C. (Org.). *Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira*. São Paulo: Atitude Editora; Publisher Brasil, 2010.

CORAZZA, G. “Aspectos metodológicos do pensamento de Keynes”, in *Encontro Nacional de Economia*. Foz do Iguaçu, ANPEC, 2009.

- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- _____. The Role of Monetary Policy. *The American Economic Review*, 1968, pp. 1-17.
- _____. “A Theoretical Framework for Monetary Analysis”, in *The Journal of Political Economy*”, Vol. 78, Nº 2, Mar. – Apr., 1970.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- FUKUYAMA, F. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HAYEK, F. *The road to serfdom*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- HICKS, J. R. “O sr. Keynes e os ‘clássicos’: uma sugestão de interpretação”, in *Clássicos de Literatura Econômica*. Brasília: Ipea, 2010.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2007.
- KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/PUC-Rio, 2011.
- LUCAS JR., R. E.; SARGENT, T. J. “After keynesian macroeconomics”, in *Rational Expectations and Econometric Practice*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1981.
- MARX, K. *O Capital - crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. *O Capital - crítica da economia política. O processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- _____. *O capital: crítica da economia política. O processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MISES, L. V. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro: José Olympio/Instituto Liberal, 1987.

MISHKIN, F. “Will Monetary Policy Become More of a Science?”, in *Finance and Economics Discussion Series*. Washington D.C.: Federal Reserve Board, September 2007.

PALLEY, T. I. “Milton Friedman’s economics and political economy: an old keynesian critique”, artigo publicado no blog do autor em 2014. Disponível em: <http://www.thomaspalley.com/docs/research/milton-friedman-062014.pdf>. Acesso em: 31/07/2022.

PAULANI, Leda Maria. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ROMER, P. “The trouble with Macroeconomics”, artigo publicado no blog do autor em 2016. Disponível em: <https://paulromer.net/the-trouble-with-macro/WP-Trouble.pdf>, Acesso em: 31/037/2022.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações - Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas* (Vol.I). São Paulo: Abril Cultural, 1993.

_____. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WICKSELL, K. “The influence of the rate of interest on commodity prices”, in WICKSELL, K. *Selected Papers on Economic Theory*. London: George Allen & Unwin LTD, 1958.